

14 MAI 2019

FOLHA DE S. PAULO

‘Não estabeleci condição para assumir ministério’, diz Moro

Ministro da Justiça responde a fala de Bolsonaro sobre indicação ao Supremo

Katna Baran e Marina Dias

CURITIBA E NOVA YORK O ministro Sergio Moro (Justiça) afirmou nesta segunda (13) que não estabeleceu condições para ocupar o cargo no governo de Jair Bolsonaro (PSL).

“Não vou receber um convite para ser ministro estabelecendo condição sobre circunstâncias do futuro que não se pode controlar”, disse Moro, durante palestra no Congresso Nacional de Macrocriminalidade e Combate à Corrupção, em Curitiba (PR).

Um dia antes, o presidente disse ter assumido um compromisso com Moro para indicá-lo para uma vaga no STF (Supremo Tribunal Federal). “Eu fiz um compromisso com ele, porque ele abriu mão de 22 anos de magistratura. Eu falei: ‘A primeira vaga que tiver lá [no STF], está à sua disposição’”, disse Bolsonaro, em entrevista à rádio Bandeirantes.

“A primeira vaga que tiver, eu tenho esse compromisso com Moro, e se Deus quiser nós cumprimos esse compromisso. Acho que a nação toda vai aplaudir um homem desse perfil lá dentro do STF”, acrescentou o presidente.

O primeiro ministro do Supremo que deve deixar a corte é o decano Celso de Mello, que completa 75 anos — a idade de aposentadoria obrigatória — em novembro de 2020. A segunda vaga no STF deve ficar disponível com a aposentadoria de Marco Aurélio Mello, em julho de 2021.

Bolsonaro fez os comentários neste domingo (12) após ser questionado pelos entrevistadores sobre uma fala recente do ex-juiz da Lava Jato, que no final de abril disse ao jornal português Expresso que ir para o STF seria “como ganhar na loteria”.

“Eu vou honrar esse compromisso. Caso ele [Moro] queira ir pra lá [STF], será um grande aliado. Não do governo, mas dos interesses do nosso Brasil dentro do STF”, disse o mandatário.

Nesta segunda-feira, Moro disse que, no convite que recebeu no ano passado para largar a magistratura e assumir uma vaga no primeiro escalão do governo, houve sim uma convergência de pautas entre ele e Bolsonaro, com o intuito de combater o crime organizado, a corrupção e os crimes mais violentos, o que o levou a aceitar o cargo.

“Além disso, ele [presidente] me deu carta branca para eu poder construir o ministério. Convidar as pessoas nas quais eu confiava para realizar esse trabalho”, disse. Moro também ressaltou que é preciso “preservar o legado da Lava Jato”.

No final de fevereiro, um episódio lançou dúvidas se Moro de fato contava com carta branca do Palácio do Planalto nos assuntos do ministério.

O ex-juiz foi obrigado a recuar da indicação da especialista em segurança pública Ilona Szabó como membro

suplente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. O veto a Szabó, cuja nomeação para o órgão consultivo havia sido publicada no dia anterior, ocorreu após uma onda de críticas de aliados de Bolsonaro nas redes sociais e por pressão do próprio presidente.

Nesta segunda-feira, mais cedo, em entrevista à rádio Jovem Pan do Paraná, Moro se disse “honrado” com a fala do presidente. “Mas, assim, não tem a vaga no momento. E quando surgir a vaga o presidente vai avaliar se manterá o convite, e eu vou avaliar se aceitarei o convite, se for feito, evidentemente. Então não é uma coisa que hoje se encontra na minha mente. Meu trabalho hoje é desempenhar minhas funções dentro do ministério.”

Questionado pela emissora se tem vontade de assumir uma cadeira no STF, Moro disse que é natural que qualquer juiz tenha essa pretensão.

“Tenho um histórico na magistratura. Seria algo que qualquer juiz evidentemente gostaria de assumir. Seria um ápice na carreira como juiz. Mas, como eu disse, o foco é o trabalho no Ministério da Justiça e Segurança Pública, e eu estou fazendo exatamente o que eu me comprometi com o presidente”, disse.

CONTINUA

No domingo, ao revelar o acordo feito com o ex-juiz da Lava Jato, Bolsonaro ressaltou que, mesmo indicado, Moro terá que se submeter ao crivo do Congresso antes de assumir uma cadeira na corte.

“Obviamente ele teria que passar por uma sabatina no Senado. Eu sei que não lhe falta competência para ser aprovado lá, mas é uma sabatina técnico-política”, concluiu.

Nesta segunda, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que o ministro da Justiça, Sergio Moro, tem “todas as qualidades” para ser indicado ao STF (Supremo Tribunal Federal) e que o ex-juiz mostra mais habilidade de articulação política do que outros quadros do governo.

“Acho que a política tem que olhar o ministro Moro hoje de outra forma. Acho que o que ele fez na semana passada, mesmo tendo resultado desfavorável, foi fazer política. A gente está reclamando muito que o governo não faz política e esse ministro, por mais que alguns tenham restrição ou não a ele, ele fez política, tem feito política”, afirmou.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), disse que a definição ainda está muito longe para emitir qualquer opinião sobre o tema.

“O presidente Bolsonaro se manifestou em relação ao compromisso que teria assumido com o ministro Sergio Moro em relação a quando houvesse uma vaga no STF ele seria indicado. Uma decisão faltando um ano e meio para que aconteça, temos uma longa travessia.”

A juíza substituta da 13ª Vara Federal de Curitiba, Gabriela Hardt, que condenou o ex-presidente Lula no processo do sítio de Atibaia (SP), afirmou que, “se fosse presidente”, indicaria o ex-colega Moro.

O relator da Lava Jato no TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região), João Pedro Gebran Neto, que condenou Lula na segunda instância

no caso do tríplex de Guarujá (SP), também comentou a possível indicação. “Acho que tudo isso é bastante prematuro, esse tipo de discussão, mas logicamente o ministro Sergio Moro já demonstrou suas qualidades ao longo do tempo e futuramente, se vier a ser nomeado ministro [do STF], vai engrandecer ainda mais a corte”, afirmou.

Sergio Moro foi anunciado ministro da Justiça em 1º de novembro, poucos dias depois da vitória do atual presidente no segundo turno das eleições presidenciais.

Quando comunicou seu embarque no governo, Moro disse ter aceitado o convite de Bolsonaro “com certo pesar” por ter de “abandonar 22 anos de magistratura”.

“No entanto, a perspectiva de implementar uma forte agenda anticorrupção e anti-crime organizado, com respeito à Constituição, à lei e aos direitos, levaram-me a tomar esta decisão. Na prática, significa consolidar os avanços contra o crime e a corrupção dos últimos anos e afastar riscos de retrocessos por um bem maior”, disse o ex-juiz.

Moro assumiu um ministério turbinado, fruto da fusão da pasta da Justiça com a da Segurança Pública.

Além disso, o ministro tomou posse como o integrante mais conhecido da equipe de Bolsonaro, fruto dos anos de exposição como o juiz da Lava Jato responsável pela condenação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no caso do tríplex de Guarujá (SP).

Pesquisa Datafolha em abril apontou Moro como o ministro mais bem avaliado do governo Bolsonaro.

No entanto, o status de superministro e a popularidade não se traduziram, até o momento, em vitórias políticas para o ex-juiz da Lava Jato.

A mais recente derrota ocorreu na semana passada, quando a comissão especial do

Congresso que analisa a medida provisória da reforma administrativa retirou o Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) da alçada do Ministério da Justiça.

Contra a vontade de Moro, deputados e senadores decidiram que o conselho de inteligência financeira que investiga operações suspeitas deverá ficar subordinado ao Ministério da Economia, como ocorre desde 1998.

Moro também enfrenta tramitação lenta no Congresso do seu pacote de endurecimento de penas e de combate ao crime organizado, conhecido como projeto anticrime.

Se confirmada a indicação de Moro, o ex-juiz não será o primeiro ministro da Justiça a trocar a pasta pelo STF.

O caso mais recente é o de Alexandre de Moraes, que foi ministro da Justiça sob Michel Temer por pouco mais de oito meses. Ele ocupou a vaga de Teori Zavascki, que morreu em janeiro de 2017.

Outros casos após a promulgação da Constituição em 1988 são dos ex-ministros do STF Paulo Brossard, Maurício Corrêa e Nelson Jobim, que chefiaram a pasta da Justiça nos governos José Sarney, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, respectivamente.

Ministros do STF que se aposentam no governo Bolsonaro

Celso de Mello Decano do Supremo, foi indicado por Sarney em 1989. Sua aposentadoria compulsória ocorre em 1º.nov.2020, quando completa 75 anos

Marcos Aurélio Indicado por Collor em 1990, aposenta-se em 12.jul.2021, se mantidos os 75 anos como idade compulsória para aposentadoria no serviço público

De super-herói a lacaio

Moro precisa mais de Bolsonaro do que o contrário e o presidente sabe disso

A passagem de Sergio Moro pelo Ministério da Justiça em sua caminhada para o Supremo prometia ser a marcha triunfal rumo à coroação.

Primeiro, institucionalizar o combate à corrupção tal como feito pela Operação Lava Jato. Na sequência, sentar-se na mais alta corte do país para não deixar os corruptos impunes. Agora, graças aos tropeços políticos, o trajeto parece mais um longo corredor polonês de humilhações. E de destino incerto.

Moro se apequena diariamente em sua relação com o governo do qual topou participar. Teve sua indicação de Ilona Szabó para o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária vetada pelo presidente, pela qual teve de pedir desculpas públicas.

Aceitou o papelão de tirar foto com o ex-ministro Vélez Rodríguez e anunciar a “Lava Jato da Educação”. Mantém um silêncio constrangedor sobre as fortes evidências de corrupção que circundam a família Bolsonaro.

Tem sido sumariamente ignorado quando o assunto é liberar as armas de fogo (o decreto mais recente foi anunciado publicamente antes mesmo do parecer do Ministério da Justiça).

E agora observou o governo abrir mão da promessa de manter o Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) sob sua alçada para facilitar a aprovação da reforma administrativa junto ao Congresso.

Moro precisa mais de Bolsonaro do que o contrário. Para virar ministro, largou a magistratura. Se sair do governo sem uma cadeira do STF, fica sem nada e com a reputação manchada não só pelo fracasso de sua gestão como pela subserviência e parcialidade demonstradas. Bolsonaro sabe disso. E é por isso que em todas as ocasiões em que apoiar seu superministro lhe custa alguma coisa, opta por desautorizá-lo.

Dizer em público que indicará Moro para o STF é balançar na frente do ministro a recompensa prometida; lembrá-lo de que todas as humilhações terão valido a pena lá na frente. Mas 2020 está longe. Se Moro em cinco meses foi de superministro e herói nacional a uma figura apagada e diminuída, será que nesse ritmo ele dura mais um ano e meio?

E, se durar, será aceito pelo Senado? Rejeitar um indicado para o Supremo seria inédito, indicaria o estágio terminal da crise entre Executivo e Legislativo. Nos dias que correm, já não é impensável.

Assim, Moro vai engolindo todos os sapos que o governo lhe apresenta, e ainda tem que fazer cara de quem gostou. Tem que trilhar um caminho difícil entre a subserviência e a insubordinação. A cada passo em falso, perde estatura.

A outra possibilidade seria abraçar de vez a política e se lançar candidato. Mas se quiser manter sua força perante a opinião pública terá que demonstrar força e não servilismo.

Bolsonaro usou a bandeira anticorrupção para crescer politicamente sem jamais fazer nada pela causa. A realidade de seu gabinete (e de seus filhos) parece mostrar um político imerso na pequena corrupção da política brasileira e talvez com vínculos ainda mais sórdidos.

Moro continuará em silêncio, para não desagradar o chefe que não lhe concede o mesmo respeito e cujas propostas populistas dificultam seu trabalho?

Ou fará jus à reputação que construiu ao longo de anos de perseguição implacável — e de alto grau técnico — à corrupção no país? Melhor arriscar tudo e permanecer um herói do que aceitar tudo e se transformar no lacaio abjeto de um projeto de poder inescrupuloso.

FOLHA DE S. PAULO

RANIER BRAGON

O compromisso

14 MAI 2019

BRASÍLIA Na ficção, Sergio Moro brilha em “O Mecanismo”, a versão romaneada da Lava Jato, cuja segunda temporada acaba de sair na Netflix. Na vida real, o ex-juiz protagoniza atualmente o episódio “O Compromisso”, não menos interessante.

Jair Bolsonaro não poderia ter sido mais claro: disse ter firmado com Moro o compromisso de indicá-lo à primeira vaga que surgir no Supremo Tribunal Federal, a mais alta corte do país, provavelmente em 2020.

O ministro da Justiça também foi assertivo: sem nem pedir a tradicional vênua, desmentiu o chefe imediatamente, dizendo que não colocou nenhuma condição — como indicação ao STF — para abandonar 22 anos de toga e ingressar no governo.

Façamos então a carinha do emoji com a mão no queixo e olhar intrigado. Quem está mentindo e, mais importante que isso, por quê?

Difícilmente alguém — que não os dois ou quem testemunhou a conversa — terá resposta. E viva a nova política, quando ou presidente ou seu ministro está mentindo descaradamente e cada um deles sabe exatamente quem é e por qual razão.

Bolsonaro levou para seu governo um auxiliar dito “indemissível”, hoje seu ministro mais bem avaliado. Que outra brilhante solução haveria, então, que não a de retirar do jogo um concorrente em 2022 despachando-o para debaixo de uma nova toga?

Do ponto de vista de Moro, o ex-juiz vem passando por percalços no Congresso e tenta olímpicamente se desviar de temas que vão do Queirozgate aos infames decretos banguê-banguê. Parece ter assumido o Ministério do Não É Comigo.

Para sua carreira jurídico-política, não resta dúvida de que há dois horizontes: o STF ou a vaga de Bolsonaro. Logo, não seria de bom tom excluir de cara um desses cenários. Além do mais, a confirmação do “compromisso” mobilizaria por antecipação tropas contrárias e daria mais substância à percepção de que ele conduziu a Lava Jato com alguns objetivos políticos bem delineados.

Quem está mentindo? E por quê? Com a palavra, Bolsonaro e Moro.

14 MAI 2019

FOLHA DE S. PAULO

Perdão com sensatez

Com atraso, STF interrompe série de equívocos em torno do indulto natalino de 2017; legislação deve evoluir para privilegiar penas alternativas rigorosas

Mais de um ano depois, o Supremo Tribunal Federal restabeleceu alguma racionalidade na celeuma provocada pelo indulto de Natal assinado pelo ex-presidente Michel Temer (MDB) em dezembro de 2017.

Por 7 votos a 4, os ministros concluíram que o chefe do Executivo tem a prerrogativa de estabelecer as regras para o perdão de condenados —e, logo, o decreto editado por Temer não feria a Constituição.

Tal entendimento singelo dispensaria maiores análises e debates, não fosse o furor ativista do aparelho jurídico-policial do país.

É fato que o indulto daquele ano incorreu em generosidades um tanto inconvenientes, em especial por partirem de um governo enredado em suspeitas de corrupção. O texto permitiu libertar condenados que tivessem cumprido um quinto da pena —qualquer que fosse ela— e previu até remissão de multas.

Nota-se, de todo modo, que a liberalidade das regras vinha crescendo nos últimos anos. Até meados da década passada, o benefício contemplava apenas condenados a menos de seis anos de prisão que já tivessem cumprido ao menos um terço da pena.

Em 2010, o limite subiu a 12 anos; em 2016, exigiu-se o cumprimento de um quarto da punição. O indulto passou a incomodar a força-tarefa da Lava Jato, para a qual havia indulgência em excesso para criminosos do colarinho branco.

Com esse ponto de vista, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, recorreu ao STF contra o

decreto de 2017. Argumentou-se, afrontando a sensatez, que a medida —listada na Constituição entre as competências do presidente da República— invadia atribuições do Legislativo e do Judiciário.

A então presidente da corte, Cármen Lúcia, suspendeu a validade de trechos do diploma. Em março do ano passado, a invencionice chegou ao cúmulo quando o relator do caso, Luís Roberto Barroso, decidiu mudar a redação do texto.

A sucessão de erros poderia ter acabado em novembro, quando em julgamento seis ministros do Supremo votaram pela validade do decreto. Luiz Fux, porém, apresentou um pedido de vista com aparência de manobra protelatória.

Entende-se, é claro, a repulsa da opinião pública à corrupção e à impunidade. Entretanto o combate a tais mazelas por meio de casuísmos não apenas se mostra ineficaz a longo prazo como compromete a credibilidade das instituições.

A prática do indulto se ampara em razões humanitárias e no princípio de que condenados por faltas menos graves, tendo cumprido parte da pena e não representando ameaça, podem ser reintegrados à sociedade. Dada a superlotação dos presídios, onde facções criminosas recrutam mão de obra, trata-se de providência racional.

Idealmente, para esta Folha, a legislação deve evoluir para privilegiar, tanto quanto possível, o uso de penas alternativas, desde que rigorosas o bastante para gerar o necessário efeito dissuasivo.

14 MAI 2019

FOLHA DE S. PAULO

Barroso diz que TSE é ineficaz ao fiscalizar contas

Flávia Faria

SÃO PAULO Em palestra nesta segunda-feira (13), o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso criticou a fiscalização das contas eleitorais no país e a atuação do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), do qual é vice-presidente.

“O TSE desempenha papel ineficiente na fiscalização das contas”, disse.

O ministro criticou a punição dada aos candidatos que não cumprem as regras e disse que as “sanções são inexpressivas”. Também alfinetou o Congresso, que por vezes derruba as sanções estabelecidas pelo tribunal.

Barroso esteve na FGV-SP para o lançamento do estudo “O poder do dinheiro nas campanhas eleitorais”, que analisou o financiamento eleitoral no Brasil.

Uma de suas principais críticas é ao sistema atual de votação para a Câmara, de voto proporcional em lista aberta. As vagas são divididas com base na proporção de votos recebidos por cada partido. As legendas definem quem entra segundo a ordem dos mais votados.

“O eleitor não sabe quem elegeu e o político não sabe por quem foi eleito. Um não sabe quem tem que cobrar e o outro não tem para quem prestar contas”, disse.

Barroso é favorável ao sistema distrital misto, em que o eleitor vota em um candidato do seu distrito (e não mais do estado) e no partido, que tem uma lista fechada de postulantes.

PAINEL

PELA CULATRA Marco Aurelio Mello, ministro do STF, fez crítica contundente ao anúncio prematuro de Jair Bolsonaro de que indicará Sergio Moro (Justiça) para uma vaga na corte. Com o gesto, disse que honraria compromisso que fez com o ex-juiz.

PELA CULATRA 2 “É ruim para o candidato [Moro], para a Presidência da República, e para a instituição Supremo, porque parece que os cargos que lá existem são destinados a um troca-troca”, disse.

ÁLIBI Em jantar no domingo (12), em Curitiba, Moro disse a magistrados que foi pego de surpresa pela fala de Bolsonaro. Apesar de não ter demonstrado chateação com o presidente, fez questão de dizer aos colegas que não havia condicionado a ida ao Ministério da Justiça à vaga no STF, o que repetiu nesta segunda (13).

14 MAI 2019

FOLHA DE S. PAULO

Juíza relata receber ameaças e ofensas nas redes sociais

Responsável pela ação que questiona a retirada de radares das rodovias federais pelo governo Bolsonaro, Diana Wanderlei passou a sofrer ameaças e ofensas nas redes sociais desde que, em abril, suspendeu a medida e solicitou à União estudos técnicos que embasem a substituição dos equipamentos.

“Essa vagabunda ta caçando jeito de amanhecer com a boca cheia de formiga!”, escreveu um internauta no último dia 4. “Bunitinha mas ordinária [sic]. Só pode ser. Para dar uma decisão deste tipo. Esquerdopata com certeza!”, escreveu outro, em 12 de abril, em uma rede social.

“A empresa de radares deve ser do pai dela. Mas, agora com a carinha dela no Twitter, eu teria medo, heim?”, publicou outro usuário. “Mais uma corrupta inimiga do Brasil”, disse outro.

A juíza informou que acionou o Ministério Público Federal para investigar o que considerou ofensas, injúrias e calúnias decorrentes da decisão liminar (provisória) que proferiu em 10 de abril.

Diante das publicações na internet, a juíza disse à Folha que não vai se intimidar. “Aqui, eu decido da forma que eu acho que deva ser decidido o caso concreto, mas se lamenta o nível de politização de um assunto tão relevante para a sociedade”, afirmou.

“Politizaram algo que é técnico, e a função deste juízo é técnica. Eu sou uma magistrada concursada, atuo com responsabilidade, já peguei causas de grande complexidade e consegui solucionar com

bons acordos, inclusive. Não pode ser confundido o direito de criticar — a decisão do juiz é passível de críticas — com as ofensas. Essas ofensas, agressões e ameaças são crimes”, disse.

Na decisão de abril, no âmbito de uma ação popular contra a retirada dos radares, a juíza escreveu que é salutar e inerente à democracia que um governo revise programas de governos anteriores, desde que haja estudos técnicos para respaldar as mudanças sem colocar em risco a segurança das pessoas.

Dados de órgãos federais apontam queda de cerca de 30% no número de mortes após o plano de monitoramento eletrônico.

Diana afirmou, na liminar, que a União “está a exercer indevida ingerência nos rumos das atribuições legais do Dnit [Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes]”, desrespeitando a autonomia da autarquia para cumprir suas metas, com base em “opinião pessoal de fundamento subjetivo, e sem prévio lastro técnico, proferida pelo chefe do Poder Executivo [Bolsonaro]”.

“

Decisão nossa: não teremos mais nenhuma nova lombada eletrônica no Brasil. As lombadas que porventura existem, e são muitas, quando forem perdendo a validade, não serão renovadas

Jair Bolsonaro
em rede social, em 7 de abril

“

[A União] está a exercer indevida ingerência nos rumos das atribuições legais do Dnit

Diana Wanderlei
juíza federal

14 MAI 2019

FOLHA DE S. PAULO

Temer é transferido para cela destinada a autoridades em unidade da PM em SP

Ex-presidente estava preso desde quinta (9) na PF, que informou que não tinha espaço adequado

José Marques

SÃO PAULO O ex-presidente Michel Temer (MDB), preso desde quinta (9) na sede da Polícia Federal de São Paulo, foi transferido nesta segunda (13) para o Comando de Policiamento de Choque da Polícia Militar, no centro da capital paulista, onde há uma cela especial para autoridades.

A decisão que autorizou a transferência foi tomada pela juíza Caroline Figueiredo, substituta de Marcelo Bretas na 7ª Vara Federal Criminal do Rio, responsável pelas decisões a respeito da custódia do ex-presidente. Bretas está de férias.

Inicialmente, a magistrada tinha determinado que Temer ficasse preso em uma sede da Polícia Federal, mas a própria corporação informou que não tinha um espaço adequado para mantê-lo em São Paulo.

“Ocorre que a autoridade policial manifestou-se no sentido de não haver, naquela sede, instalação adequada, informando a existência de sala de Estado-maior, compatível com a condição de ex-presidente da República [...] no Comando de Policiamento de Choque”, disse a juíza no despacho.

Temer estava desde quinta numa sala improvisada na Superintendência da PF, na Lapa (zona oeste), e tinha requisitado a mudança desde que

se apresentou.

Ele passou a primeira noite em uma sala sem banheiro, no nono andar, e no outro dia se mudou para outro espaço, com banheiro e frigobar. Em ambos os casos ficou sem contato com os outros presos.

O ex-presidente foi escolhido por policiais federais em sua transferência. A juíza ordenou que o procedimento fosse feito de modo a “evitar exposições desnecessárias” da imagem do emedebista, de preferência em um veículo descaracterizado.

Temer foi preso preventivamente pela primeira vez em março e solto quatro dias depois. Na última quarta (8), teve seu habeas corpus revogado pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

Nesta terça (14), o STJ (Superior Tribunal de Justiça) vai julgar um novo pedido de habeas corpus formulado pelos advogados, que sustentam que a prisão é desnecessária e não tem fundamentos.

Além do ex-presidente, voltou a ser preso o coronel reformado da PM paulista João Baptista Lima Filho, amigo e suposto operador financeiro de Temer.

De acordo com a Procuradoria, o emedebista é suspeito de chefiar uma quadrilha criminosa que, por 40 anos, rece-

beu vantagens indevidas por meio de contratos envolvendo estatais e órgãos públicos.

O Ministério Público liga o grupo de Temer a desvios de até R\$ 1,8 bilhão, numa operação que teve como foco um contrato firmado entre a Eletronuclear e as empresas Argeplan (do coronel Lima), AF Consult e Engevix. Em nota, a AF afirmou que não vai comentar a investigação em curso e que é “comprometida com os mais elevados padrões éticos de comportamento empresarial”.

O ex-presidente também é investigado em outros oito processos —no total, é réu em seis casos.

Em entrevista à Folha em abril, após ter sido liberado da primeira prisão, o ex-presidente afirmou ser alvo de um “núcleo punitivista” do Ministério Público Federal, que o considera um troféu.

“É um núcleo que quer dizer o seguinte: eu quero a cabeça dele, de um ex-presidente da República, na minha sala. Quero um troféu”, declarou.

Sobre a possibilidade de voltar à prisão, ele afirmou: “Não acredito nisso. Posso acreditar em arbitrariedades, por uma razão singela: não há provas. Cadê a prova?”.

Temer foi o segundo presidente a ser preso após investigação na esfera penal —o primeiro foi Luiz Inácio Lula da Silva, em abril de 2018.

BEMPARANÁ

#SOCIALMENTE ÚTEIS

14 MAI 2019

Franklin de Freitas



Greca e o desembargador
Souza Netto

Curitiba e TJ-PR firmam convênio para aplicação de penas alternativas

Um convênio entre a Prefeitura de Curitiba e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJ-PR) vai permitir o funcionamento do Sistema de Aplicação de Medidas Socialmente Úteis como substitutivo penal na cidade. O documento, que prevê o uso da estrutura administrativa do município e sua rede de proteção social, foi assinado na tarde de ontem na sede da Prefeitura de Curitiba.

Ao invés da aplicação de penas tradicionais e multas para determinados casos, que têm pouco efeito pedagógico na correção do infrator e em evitar novas recorrências, a ideia é aplicar penalidades que possam trazer benefícios diretos para a comunidade e despertar a noção social, de convívio, que deve permear a cidade.

“É muito importante essa visão de substituição da punição pelo serviço público”, destacou o prefeito Rafael Greca, ao lembrar que o mesmo projeto já foi implantado como piloto em sua primeira gestão como prefeito em 1996, quando o desembargador José Laurindo de Souza Netto, hoje 2º vice-presidente do TJ-PR, estava no Juizado Especial.

Estudioso do tema e autor da proposta que gerou o convênio, o desembargador defende as penas alternativas não apenas pela sua eficácia da recuperação do infrator, mas também como forma de fomentar a solidariedade social.

14 MAI 2019

BEMPARANÁ

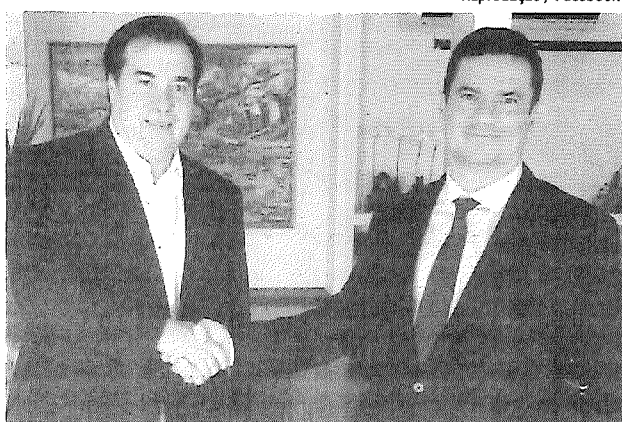
Maia diz que Moro tem qualidades para vaga no STF

Presidente da Câmara destacou atuação política de ex-juiz e atual ministro

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse ontem que o ministro da Justiça, Sérgio Moro, tem “todas as qualidades” para ser indicado ao STF (Supremo Tribunal Federal) e que o ex-juiz mostra mais habilidade de articulação política do que outros quadros do governo.

“Acho que a política tem que olhar o ministro Moro hoje de outra forma. Acho que o que ele fez na semana passada, mesmo tendo resultado desfavorável, foi fazer política. A gente está reclamando muito que o governo não faz política e esse ministro, por mais que alguns tenham restrição ou não a ele, ele fez política, tem feito política”, afirmou.

No domingo, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) afirmou ter assumido um compromisso com o ex-juiz para indicá-lo ao STF. “Eu fiz um compromisso com ele, porque ele abriu mão de 22 anos de magistratura. Eu falei: ‘a primeira vaga que tiver lá [no STF], está



Maia e Moro: elogio à habilidade de articulação

à sua disposição”, declarou o presidente em entrevista à rádio Bandeirantes.

O primeiro ministro do Supremo que deve deixar a corte durante a gestão de Bolsonaro é o decano Celso de Mello, que cumpre 75 anos -a idade de aposentadoria obrigatória- em novembro de 2020. A segunda vaga no STF deve ficar disponível com a aposentadoria de Marco Aurélio Mello, em julho de 2021.

Na semana passada, Moro conversou com deputados e senadores para tentar que o Congresso não apro-

vasse retirar o Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) de sua alçada, mas foi derrotado -o órgão deve passar para o guarda-chuva do Ministério da Economia.

Maia disse ainda que não pode haver retaliações contra Moro e que, agora com a previsão de seu nome ao STF, a atuação do Congresso ficará restrita quanto a modificar a idade de aposentadoria dos ministros de 75 para 80 anos, por exemplo. Integrantes do Supremo foram avisados de que uma nova revi-

são da PEC da Bengala está sendo discutida por deputados e senadores.

“Não acho que deva ter retaliação [a Moro], que a gente deva mudar a lei para prejudicar ou beneficiar ninguém, em tese, você pode fazer qualquer mudança mas quando há um nome, a partir daí, também restringe a capacidade de a gente fazer qualquer tipo de movimento”.

Também presente no almoço em Nova York, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), fez coro à tese de Maia, mas disse que a discussão ainda está muito longe para emitir qualquer opinião sobre o tema. “Eu não acho nesse momento absolutamente nada. O presidente Bolsonaro se manifestou em relação ao compromisso que teria assumido com o ministro Sérgio Moro em relação a quando houvesse uma vaga no STF ele seria indicado. Uma decisão faltando um ano e meio para que aconteça, temos uma longa travessia”.

BEMPARANÁ

14 MAI 2019

Michel Temer é transferido para sede da PM

A Justiça autorizou na tarde de ontem a transferência do ex-presidente Michel Temer (MDB), preso desde quinta-feira (9) na sede da Polícia Federal de São Paulo, para o Comando de Policiamento de Choque da Polícia Militar, no centro da capital paulista, onde há uma cela especial para autoridades. Uma hora depois da decisão, às 15h20, a Polícia Federal informou que o ex-presidente foi transferido.

A decisão foi tomada pela juíza Caroline Figueiredo, substituta de Marcelo Bretas na 7ª Vara Federal Criminal do Rio, responsável pelas decisões a respeito da custódia do ex-presidente. Bretas está de férias.

Inicialmente, a magistrada tinha determinado que Temer ficasse preso em uma sede da Polícia Federal, mas a corporação informou que não tinha um espaço adequado para mantê-lo em São Paulo.

Temer estava numa sala improvisada na Superintendência da PF, na Lapa de Baixo (zona oeste), e tinha requisitado a mudança desde que se apresentou.

Justiça autoriza quebrar sigilo de Flávio e Queiroz

A Justiça do Rio de Janeiro autorizou a quebra de sigilo bancário e fiscal do senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) e de seu ex-assessor Fabrício Queiroz. A decisão é do dia 24 de abril e foi divulgada ontem. A autorização atinge também 88 ex-assessores de Flávio na Alerj (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro), a mulher e a empresa do senador, pessoas e firmas que fizeram transações imobiliárias com ele.

A quebra de sigilo bancário e fiscal é o primeiro passo judicial da investigação sobre Queiroz após 500 dias do relatório do Coaf apontar uma movimentação atípica de R\$ 1,2 milhão na conta bancária do ex-assessor de Flávio.

O período da quebra é de 2007 a 2018, período em que Queiroz esteve vinculado ao gabinete de Flávio.

Fazem parte do rol dos investigados as filhas do ex-assessor, Nathalia e Evelyn Queiroz, ambas ex-assessoras de Flávio. Também tiveram quebrados os sigilos Raimunda Veras Magalhães e Danielle Nóbrega, mãe e mulher do ex-PM Adriano da Nóbrega, que está foragido.

14 MAI 2019

FOLHA DE LONDRINA

Preso, ex-vereador Bonilha espera relaxamento das penas

Reportagem Local

Após ser preso na última quarta-feira (8), o ex-vereador de Londrina Orlando Bonilha vive a expectativa de que seja atendido seu pedido de relaxamento das penas que passou a cumprir. O advogado de defesa, Ronaldo Neves, espera que a VEP (Vara de Execuções Penais) leve em consideração o auxílio prestado durante investigações do Ministério Público e que o cumprimento da pena seja progredido para o regime domiciliar ou semiaberto.

Segundo Neves, o pedido foi formulado ainda em janeiro, quando a defesa soube dos mandados em aberto contra o ex-vereador, tanto à VEP quanto ao MP.

Além do fato de ter colaborado com as apurações com delações premiadas, a defesa resalta que Bonilha é pai de trigêmeos com menos de dois anos de idade. "Não há pena que justifique o sacrifício das crianças", diz o advogado

A defesa também alega que as penas aplicadas, separadamente, são leves e "não justificariam o regime fechado" e que os crimes cometidos foram todos dentro do mesmo mandato, sem reincidência. Diante disso tudo, a defesa chegou a sugerir o uso de tornozeleira eletrônica e a substituição de penas por serviços comunitários, mas enxerga no regime semiaberto a possibilidade mais viável.

BATATA PODRE

Descoberto em um esquema de corrupção e cassado pela Câmara de Vereadores, Bonilha chegou a afirmar à imprensa que não era a "única batata podre" do Legislativo. Ele auxiliou investigações do MP, mas acabou como o único condenado pelos esquemas.

O Ministério Público afirma que Bonilha foi beneficiado com a redução de penas nos casos em que auxiliou e diz que aguardava o ex-vereador se entregar para analisar o pedido de manifestação pelo relaxamento da pena.

14 MAI 2019

FOLHA DE LONDRINA INFORME

Pedido de prisão indeferido

Para a promotora Luciana Rabello Zuan Esteves, da 18ª Promotoria de Justiça do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, o deputado federal e ex-vereador Emerson Petriv, o Boca Aberta (PROS), não descumpriu medida cautelar imposta pela Justiça que determina o afastamento de no mínimo 100 metros de endereços comerciais do vereador Jamil Janene (PP), além de 500 metros de distância da Câmara Municipal de Londrina. A defesa de Janene alega que Petriv, ao comparecer a uma universidade na avenida Juscelino Kubitschek no dia 23 de março para encontrar o vereador Amauri Cardoso (PSDB), episódio que culminou em uma briga entre os dois, teria se aproximado a um dos endereços comerciais de Janene, uma revenda de veículos. No entanto, para a promotora, a distância mínima foi “devidamente observada”, destaca.

PEC das Aposentadorias

O presidente da AL (Assembleia Legislativa) do Paraná, Ademar Traiano (PSDB), informou aos deputados estaduais que deve colocar em pauta a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) das aposentadorias nessa quarta-feira (15). Segundo ele, a comissão encarregada de analisar o assunto entregará o relatório com seu parecer nesta terça. O texto extingue todos os benefícios concedidos a ex-mandatários do Executivo estadual. “Se o assunto é de extrema importância, é de nossa responsabilidade votar, e não vou mais postergar essa votação”, diz.

14 MAI 2019

FOLHA DE LONDRINA

Em Curitiba, Moro nega ter condicionado cargo de ministro a vaga no STF

Ex-juiz é questionado sobre declarações de Bolsonaro de que o presidente havia estabelecido o compromisso com o ministro de indicá-lo a uma vaga no Supremo Tribunal Federal

Katna Baran

Folhapress

Curitiba - O ministro Sergio Moro (Justiça) afirmou nessa segunda-feira (13) que não estabeleceu condições para ocupar o cargo no governo de Jair Bolsonaro (PSL). "Não vou receber um convite para ser ministro estabelecendo condição sobre circunstâncias do futuro que não se pode controlar", disse, durante palestra no Congresso Nacional de Macrocriminalidade e Combate à Corrupção, em Curitiba.

Um dia antes, o presidente havia dito ter assumido um compromisso com Moro para indicá-lo para uma vaga no STF (Supremo Tribunal Federal). "Eu fiz um compromisso com ele, porque ele abriu mão de 22 anos de magistratura. Eu falei: 'A primeira vaga que tiver lá [no STF], está à sua disposição'", disse Bolsonaro, em entrevista à rádio Bandeirantes.

"A primeira vaga que tiver, eu tenho esse compromisso com Moro, e se Deus quiser nós cumprimos esse compromisso. Acho que a nação

toda vai aplaudir um homem desse perfil lá dentro do STF", acrescentou o presidente.

O primeiro ministro do Supremo que deve deixar a corte é o decano Celso de Mello, que cumpre 75 anos - a idade de aposentadoria obrigatória - em novembro de 2020. A segunda vaga no STF deve ficar disponível com a aposentadoria de Marco Aurélio Mello, em julho de 2021.

Bolsonaro fez os comentários no domingo (12) após ser questionado pelos entrevistadores sobre uma fala recente do ex-juiz da Lava Jato, que no final de abril disse ao jornal português Expresso que ir para o STF seria "como ganhar na loteria".

Nessa segunda-feira, Moro disse que, no convite que recebeu no ano passado para largar a magistratura e assumir uma vaga no primeiro escalão do governo, houve sim uma convergência de pautas entre ele e Bolsonaro, com o intuito de combater o crime organizado, a corrupção e os crimes mais violentos, o que o levou a aceitar o cargo.

"Além disso, ele [presidente] me deu carta branca para eu poder construir o ministério. Convidar as pessoas nas quais eu confiava para realizar esse trabalho", disse. Moro também ressaltou que é preciso "preservar o legado da Lava Jato".

DÚVIDAS

No final de fevereiro, um episódio lançou dúvidas se Moro de fato contava com carta branca do Palácio do Planalto nos assuntos do ministério. O ex-juiz foi obrigado a recuar da indicação da especialista em segurança pública Ilona Szabó como membro suplente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. O veto a Szabó, cuja nomeação para o órgão consultivo havia sido publicada no dia anterior, ocorreu após uma onda de críticas de aliados de Bolsonaro nas redes sociais e por pressão do próprio presidente.

TRIBUNAL DO PARANÁ 14 MAI 2019 NA MIRA DA JUSTIÇA

Catarina Scortecchi
Gazeta do Povo

Entre 2007 até agora, o Supremo Tribunal Federal (STF) já analisou ao menos 13 ações diretas de inconstitucionalidades (ADIs) contra regras estaduais que permitiam o pagamento de uma espécie de “aposentadoria” para ex-governadores. Do total, sete ADIs foram acolhidas - ou seja, o STF considerou que o benefício de fato não era devido. Isso aconteceu com regras do Rio de Janeiro, Mato Grosso, Paraíba, Sergipe, Pará, Bahia e Mato Grosso do Sul todas derrubadas.

As demais ADIs foram extintas por perda de objeto, já que as respectivas assembleias legislativas acabaram revogando o benefício, antes mesmo de o STF se debruçar sobre os casos. Isso aconteceu com regras do Acre, Amazonas, Rondônia, Minas Gerais, Santa Catarina e Ceará. Outras três ADIs envolvendo regras do Rio Grande do Sul, Piauí e Paraná ainda tramitam no STF sem desfecho.

O Paraná, contudo, deve entrar na fila daqueles estados que revogaram a regra antes da decisão do STF. A ADI 4545, que trata do Paraná, foi protocolada no STF pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em janeiro de 2011. E até hoje não foi julgada. Recentemente, a relatora do caso na Corte, ministra Rosa Weber, chegou a incluir o processo na pauta de votações, mas a discussão acabou adiada, sem previsão de retorno.

Enquanto isso, o presidente da Assembleia Legislativa, Ademar Traiano (PSDB), já indicou que a Proposta de Emenda Constitucional (PEC)

que derruba o benefício a ex-governadores do Paraná deve ir a votação no plenário na próxima quarta-feira (15).

No STF, Traiano chegou a pedir a suspensão da ADI, por um prazo de seis meses, para que a Assembleia tivesse tempo para concluir a votação da PEC. Mas Rosa Weber não acatou o pedido, mantendo o trâmite da ADI. O tucano, então, entrou com um novo recurso (agravo regimental) ainda não analisado por Weber até o início da noite de ontem.

Hoje, na Assembleia, a comissão especial criada para analisar a PEC fará sua última reunião. O grupo vota o parecer do deputado estadual Cobra Repórter (PSD), que opinou favoravelmente ao corpo principal da PEC e também à emenda apresentada por Homero Marchese (Pros), que tira o benefício inclusive daqueles que já recebem o dinheiro.

Atualmente, oito ex-governadores do Paraná (Beto Richa, Orlando Pessuti, Jaime Lerner, Mário Pereira, Roberto Requião, João Elízio de Ferraz Campos, Emilio Hoffman Gomes e Paulo Pimentel) e três viúvas (Arlete Richa, Madalena Mansur e Rosi Gomes da Silva) recebem o benefício vitalício.

Pelo texto original, protocolado na Assembleia pelo governador Carlos Massa Ratinho Junior (PSD), fica proibido o pagamento da “aposentadoria” a partir da promulgação da PEC. Já a emenda de Marchese, endossada por 32 parlamentares, também corta o pagamento para os atuais beneficiários.

14 MAI 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Votação que tirou Coaf da Justiça fere Constituição, dizem juízes

Em nota, Unajuf afirma que Congresso não tem competência para alterar decreto baixado pelo presidente Jair Bolsonaro

A União Nacional dos Juizes Federais do Brasil (Unajuf), que representa magistrados de 1.º grau, manifestou apoio ao ministro da Justiça e da Segurança Pública, Sérgio Moro, pela manutenção do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) na pasta. Em nota, a entidade afirmou que seria “inconstitucional” a decisão de transferir o órgão para o Ministério da Economia, comandado pelo ministro Paulo Guedes.

A mudança foi aprovada na quinta-feira passada, por 14 votos a 11, na comissão mista que analisa a Medida Provisória 870 – que estabelece nova estrutura para os ministérios do governo. O requerimento ainda precisa passar pelos plenários da Câmara e do Senado, o que deve acontecer na próxima semana.

Segundo a Unajuf, a votação violaria o processo legislativo, por “vício de iniciativa de tramitação”. Para o juiz Eduardo Cubas, presidente da entidade, “o Coaf vai ficar no Ministério da Justiça independentemente da aprovação da MP”. “O que vale é o decreto do presidente. A sociedade está ansiosa por ver a atuação dessa fiscalização”, diz Cubas.

A entidade afirmou ainda que o deslocamento do Coaf para o Ministério da Justiça foi realizado por meio de decreto presidencial no início do ano, e que não caberia ao Congresso Nacional revogá-lo, “prevalecendo a independência do Poder Executivo para atos de gestão”.

A Unajuf argumenta que dispor sobre organização e funcionamento da administração federal “é competência privativa do Presidente da República”.

● 'Competência'

“(…) Organização da administração, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos, é competência privativa do Presidente da República.”

Nota da Unajuf

Empenho. Embora o discurso do Palácio do Planalto tenha sido o de que a manutenção do Coaf na Justiça era prioritária para o combate à corrupção, na prática o governo não se empenhou para que o colegiado ficasse sob a responsabilidade de Moro, ex-juiz da Lava Jato. Sem votos no Congresso, o Planalto preferiu fazer acordo com o Centrão – bloco que reúne aproximadamente 250 dos 513 deputados – e também com a oposição, na tentativa de salvar o novo desenho da Esplanada dos Ministérios previsto na MP 870, enviada pelo presidente Jair Bolsonaro em janeiro.

Além de decidir, por 14 votos a 11, devolver o Coaf à equipe econômica – como era em governos anteriores –, a comissão mista do Congresso também resolveu transferir o comando da Fundação Nacional do Índio (Funai), hoje com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, para Moro.

O Coaf é considerado estratégico porque recebe informações sobre suspeitas de lavagem de dinheiro, ocultação de patrimônio e até financiamento de atividades criminosas ou terroristas. O colegiado teve participação em investigações como a do mensalão, no governo Lula, e em várias etapas da Lava Jato. Foi também o Coaf que identificou movimentações bancárias atípicas de R\$ 1,2 milhão na conta de Fabrício Queiroz, ex-assessor do senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), como revelou o Estado. O próprio Flávio foi alvo do Coaf. /P.O.

14 MAI 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Moro nega ter condicionado ida ao STF

Ex-juiz afirma, entretanto, que ser ministro da Corte
é um 'sonho de todo magistrado';
'compromisso' foi citado por Bolsonaro anteontem

● pacote

Sérgio Moro disse ontem, no Rio, que considera "possível" a aprovação ainda este ano de seu pacote anticrime. "Acreditamos no projeto, que tem medidas simples e eficazes", afirmou.

Pepita Ortega
Edson Fonseca

ESPECIAL PARA O ESTADO / CURITIBA
Breno Pires / BRASÍLIA

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, afirmou ontem, em Curitiba, que não impôs "nenhuma condição" quando aceitou convite de Jair Bolsonaro para fazer parte do governo. Anteontem, o presidente disse, em entrevista à Rádio Bandeirantes, que espera cumprir seu "compromisso" de indicar o ex-juiz da Lava Jato para uma vaga no Supremo Tribunal Federal.

"Ele (Bolsonaro) foi eleito, fez o convite, fui até a casa dele no Rio de Janeiro. Nós conversamos e eu não estabeleci nenhuma condição. Não vou receber convite para ser ministro e estabelecer condições sobre circunstâncias do futuro que não se pode controlar", afirmou Moro, que participou do Congresso Nacional Sobre Macrocriminalidade e Combate à Corrupção.

"O que eu levei ao presidente foi: 'presidente, eu quero trabalhar contra a corrupção, crime organizado e crime violento'. Esse tem de ser o foco do Ministério da Justiça e Segurança Pública. E houve uma convergência de pautas", disse ele, sobre a declaração do presidente.

O ex-juiz afirmou ainda que ficou "honrado" com a lembrança de seu nome para compor a Corte - a primeira cadeira a ficar vaga deverá ser a do decano

● 'futuro'

"Nós conversamos e eu não estabeleci nenhuma condição. Não vou receber convite para ser ministro e estabelecer condições sobre circunstâncias do futuro que não se pode controlar."

Sérgio Moro

MINISTRO DA JUSTIÇA

Celso de Mello, que se aposentará aos 75 anos de idade em novembro de 2020.

Moro disse que ser ministro do STF é o "sonho" de todo magistrado, mas sua indicação seria assunto a ser discutido "quando surgir a vaga. Antes não." "Fico extremamente honrado com a posição do presidente, claro, fui magistrado 22 anos, todo magistrado tem o sonho de compor o Supremo Tribunal Federal, mas isso não é algo com o que eu me preocupo no momento", disse.

Em um evento em Nova York, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que Moro tem "todas as qualidades" para ser ministro do Supremo e afirmou que a declaração de Bolsonaro "nem fortalece e nem atrapalha" o trabalho do ministro da Justiça. "É uma questão que foi colocada antes. Ele ia ser ministro (da Justiça) depois estava automaticamente convidado pra ser ministro do STF, é um direito do presidente".

Também em Nova York, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), disse que há "uma longa travessia" até a indicação. "O próprio Moro falou que no momento do convite, se ainda houver o convite, ele também vai se manifestar se aceita ou não", disse.

Congresso. Parlamentares ouvidos pelo Estado consideram que a sinalização de Bolsonaro "abriu a guarda" para uma nova série de ataques ao ex-juiz no Congresso. A avaliação é que, ao assumir o compromisso mais de um ano antes, o presidente expôs o ministro antecipadamente, e aumentou o desgaste que ele vem enfrentando na Câmara e no Senado.

"Minha avaliação é que ele queimou a largada", disse o líder do PSL no Senado, Major Olímpio (SP). "Acabou sendo contraproducente. O meu amigo Bolsonaro, no afã de valorizar o Sérgio Moro, acabou o expondo, nesse momento, desnecessariamente", disse. Na avaliação do líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM), é "estranho" Bolsonaro ter antecipado a intenção de indicar Moro. "O que chama a atenção foi ele ter sido nomeado como ministro da Justiça diante de um compromisso anterior de ser ministro do Supremo", disse.

CONTINUA

VERA MAGALHÃES Bolsonaro deixa ministro mais de um ano na chuva

CONTINUAÇÃO

No Congresso, a oposição articula incluir na reforma da Previdência uma cláusula que aumenta a idade de aposentadoria compulsória de ministros do STF, dos atuais 75 anos para 80, alterando a chamada "PEC da bengala". Isso impediria Bolsonaro de fazer indicações para o STF durante o mandato. Na Câmara, a deputada Bia Kiciz (PSL-DF) tenta colher assinaturas para uma PEC que propõe o inverso: a redução para 70 anos.

/ COLABOROU BEATRIZ BULLA

Jair Bolsonaro parece ter pretendido acalmar Sérgio Moro ao dizer em entrevista que vai nomeá-lo para a primeira vaga que aparecer no Supremo Tribunal Federal. O presidente pareceu querer dar uma satisfação à opinião pública de que seu ministro mais popular tem seu aval e, ao mesmo tempo, dizer ao auxiliar para aguentar o tranco do desgaste político porque, ao fim e ao cabo, o tão esperado prêmio da Mega Sena virá.

Será que o presidente é tão ingênuo assim politicamente? Porque ao tornar pública uma promessa que, agora revela, fez em público a Moro quando do convite para que ele aceitasse ser seu ministro da Justiça, Bolsonaro acaba por desgastá-lo ainda mais.

A ficha de Moro também demorou a cair. Em entrevista a uma rádio paraense, recostado confortavelmente numa cadeira e esboçando um risinho orgulhoso, o ex-juiz parecia feliz com a promessa pública do presidente em entrevista na manhã de ontem.

Depois, diante da evidência de que anúncio tão prematuro o expõe e o deixa ao sabor das intempéries políticas por mais de um ano, Moro passou a dizer que a futura ida ao Supremo não foi condicionante para que aceitasse a Justiça.

É óbvio: ao associar os dois movimentos, Bolsonaro deixa Moro ao sabor das teorias de que agiu politicamente quando juiz da Lava Jato, transforma uma das pastas mais importantes de seu próprio governo num mero pedágio para um objetivo maior e dá tempo aos que não toleram Moro de tramar algo para dinamitar seu caminho ao Supremo nesse longo período de exposição.

Esse último movimento já começou: parlamentares se movimentam para aprovar nova extensão na idade compulsória para aposentadoria de magistrados, de 75 para 80 anos, para tentar tirar de Bolsonaro a prerrogativa de indicar o sucessor de Celso de Mello.

Moro é neófito na política, daí por que os tombos que vem levando nessa relação sejam compreensíveis. Bolsonaro, não. Que erre tanto e de forma tão sistemática em tudo que exige um mínimo de sofisticação de raciocínio é um bom indicador de por que seu governo patina tanto nesse começo.

14 MAI 2019

O ESTADO DE S. PAULO

TJ do Rio quebra sigilos de Flávio e Queiroz, diz jornal

Decisão atende a pedido do Ministério Público do Rio de Janeiro, que afirmou que senador se 'esforça' para interromper investigação

A Justiça do Rio autorizou a quebra de sigilo bancário e fiscal do senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) e de seu ex-assessor na Assembleia Legislativa do Estado (Alerj), Fabrício Queiroz, segundo informou o jornal *O Globo* em seu site. O juiz Flávio Itabaiana de Oliveira Nicolau, da 27.^a Vara Criminal do Tribunal de Justiça, atendeu no dia 24 de abril pedido do Ministério Público Estadual. Ele também autorizou a quebra de sigilo bancário de familiares de Flávio e Queiroz e de dezenas de outras pessoas que trabalharam com o então deputado estadual.

Pela decisão, serão vasculhadas as contas da mulher do senador, Fernanda Bolsonaro, e de uma empresa deles, a Bolsotini Chocolates e Café Ltda. As duas filhas de Queiroz, Nathalia e Evelyn, além da mulher dele, Márcia, também terão suas movimentações bancárias investigadas. Outros 88 ex-funcionários do gabinete de Flávio, da época em que ele era deputado estadual no Rio, também terão dissecadas suas contas bancárias. Entre eles, estão Danielle Nóbrega e Raimunda Magalhães, irmã e mãe do ex-PM Adriano Magalhães da Nóbrega, apontado como um dos chefes do Escritório do Crime, uma das principais milícias do Rio.

A quebra de sigilo bancário abrangerá movimentações de janeiro de 2007 a dezembro de 2018. O juiz também autorizou o levantamento do sigilo fiscal dos citados, no período entre 2008 e 2018, de acordo com *O Globo*.

O Ministério Público quer saber por que Queiroz, de janeiro de 2016 a janeiro de 2017, movimentou em uma conta mais de R\$ 1,2 milhão, quantia considerada incompatível com a renda do assessor. Ele trabalhava para Flávio, oficialmente, como motorista. A movimentação – revelada pelo Estado – foi detectada pelo Coaf em relatório preparado na Operação Fumaça da Onça, que investigou corrupção na Alerj.

Queiroz recebia depósitos de outros servidores do gabinete, muitas vezes em datas próximas às de pagamento de salário. Há suspeita da prática de “rachadinha” – quando os funcionários repassam parte ou todo o salário para o parlamentar.

Reação. Ministério Público do Rio acusou ontem Flávio de tentar interromper as investigações sobre movimentações financeiras atípicas detectadas pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) no gabinete que o parlamentar manteve na Assembleia Legislativa fluminense até o fim de janeiro.

Responsável pelo procedimento que investiga o trânsito de R\$ 1,2 milhão por uma conta de Queiroz, o MP lembrou em nota que o senador, apesar de aparecer com frequência nos meios de comunicação, se recusou a prestar esclarecimentos aos promotores. Ele já foi convidado diversas vezes a depor.

“O senador Flávio Bolsonaro tem direcionado seus esforços para invocar o foro privilegiado perante o Supremo Tribunal Federal ou mesmo tentar interrom-

per as investigações, como o fez junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, fato amplamente noticiado nos meios de comunicação”, afirmou o MP no texto. “O referido parlamentar não adota postura similar à de outros parlamentares, prestando esclarecimentos formais sobre os fatos que lhe tocam e, se for o caso, fulminando qualquer suspeita contra si. O senador é presença constante na imprensa, mas jamais esteve no MP-RJ, apesar de convidado.”

A nota oficial do MP foi divulgada em resposta a uma entrevista concedida pelo senador ao *Estado*. Na reportagem, o parlamentar afirmou que “há grande intenção de alguns do Ministério Público de me sacanear (*sic*), de mais uma vez colocar em evidências coisas que não fiz”. Ele disse também que “alguns pouquíssimos integrantes do Ministério Público estão tentando atacar” sua imagem “para atacar o governo Jair Bolsonaro”. E continuou: “Infelizmente, tem militância política em tudo quanto é instituição, e no Ministério Público não é diferente”. Flávio acusou ainda o MP de vazar informações sigilosas a seu respeito.

“O Ministério Público do Rio de Janeiro repudia com veemência as declarações de Flávio Bolsonaro”, afirmou o MP na nota. “O MP-RJ reafirma que sua atuação é isenta e apartidária.”

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

14 MAI 2019

A Procuradoria também negou que tenha divulgado informações sigilosas sobre o senador. “O relatório de inteligência financeira encaminhado pelo Coaf, em janeiro de 2018, contendo diversas movimentações atípicas envolvendo assessores de parlamentares da Alerj, foi mantido em absoluto sigilo no âmbito do MP-RJ, sendo prova maior de sua neutralidade política a sua não malversação (*sic*) junto aos meios de comunicação como forma de interferir no processo eleitoral que teve curso no mês de outubro último”, afirmou o MP na nota. “As investigações sigilosas somente ganharam notoriedade após a deflagração da Operação Furna da Onça, pelo Ministério Público Federal, em novembro de 2018, com a consequente juntada do relatório do Coaf aos autos da respectiva ação penal.”

Defesas. Por meio de sua assessoria, Flávio voltou a se defender atacando o Ministério Público. “O meu sigilo bancário já havia sido quebrado ilegalmente pelo MP-RJ, sem autorização judicial”, diz trecho da nota. “Somente agora, em maio de 2019 – quase um ano e meio depois – tentam uma manobra para esquentar informações ilícitas, que já possuem há vários meses. A verdade prevalecerá, pois nada fiz de errado e não conseguirão me usar para atingir o governo de Jair Bolsonaro.”

O advogado Paulo Klein, que defende Fabrício Queiroz e família, afirmou em nota que a defesa “recebe a notícia (*da quebra de sigilos*) com tranquilidade uma vez que seu sigilo bancário já havia sido quebrado e exposto por todos os meios de comunicação, sendo, portanto, mera tentativa de dar aparência de legalidade a um ato que foi praticado de forma ilegal”.

O Estado não localizou as defesas de outros citados. /

ROBERTA JANSEN, MARCIO DOLZAN E
MÔNICA CIARELLI

14 MAI 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Temer é transferido e STJ analisa hoje habeas corpus

• *Antecipação de pena*

“O que está comprovado, portanto, é que se usa a prisão preventiva como antecipação de pena, cuja imposição já está determinada, faltante apenas a dosimetria dela.”

Defesa de Michel Temer

EM MANIFESTAÇÃO AO SUPERIOR

TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ)

Sexta Turma, apontada como 'garantista', julga caso do emedebista, que ontem foi levado da sede da PF para quartel da PM

Rafael Moraes Moura / BRASÍLIA

A Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) analisa hoje pedido de liberdade apresentado pelo ex-presidente Michel Temer, que está preso em caráter preventivo desde quinta-feira passada em São Paulo. A expectativa é de que o colegiado aceite o pedido. Ministros ouvidos pelo Estado afirmaram que não haveria fundamento suficiente para justificar a detenção do emedebista e que a sua liberdade não representaria uma ameaça às investigações.

A Sexta Turma é considerada mais “garantista” e menos “linha dura” que a Quinta Turma do STJ, que manteve a condenação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no caso do triplex do Guarujá, mas reduziu sua pena de 12 anos e 1 mês de prisão para 8 anos, 10 meses e 20 dias de reclusão.

Temer foi preso pela primeira vez em março, durante a Operação Descontaminação, desdobramento da Lava Jato no Rio, que investiga desvios nas obras da usina nuclear de Angra 3. As investigações atribuem a ele o papel de líder de organização criminosa que teria desviado, em 30 anos de atuação, pelo menos R\$ 1,8 bilhão.

Ele foi solto quatro dias depois, mas voltou à prisão na semana passada, após o Tribunal Regional Federal da 2.ª Região derrubar uma liminar que o mantinha em liberdade.

14 MAI 2019

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

Mostra, esconde

O STF julga amanhã ação do PPS que elimina o sigilo das despesas confidenciais da Presidência da República. A liminar tramita há mais de 11 anos e foi negada por Ricardo Lewandowski em... 2008.

O partido alega que o decreto-lei que instituiu o sigilo, de 1967, não foi recepcionado pela Constituição de 1988. A PGR, quando sob o comando de Roberto Gurgel, foi contra a ação, assim como a AGU, sob Dias Toffoli.

Gincana

Paulo Coelho foi ao Twitter para criticar a “indicação” de Moro ao STF. Abriu enquete com a pergunta “Quem está mentindo?” Opções? Bolsonaro, Moro ou... Lula.

14 MAI 2019

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Moro: falhas do sistema e bons advogados retardavam condenação

“Havia um mecanismo de recursos processuais tão generoso que, quem lograsse manipular esse sistema nunca era punido. Um sistema processual absurdamente desigual”, disse o ministro

Com 22 anos de experiência na magistratura federal, onde atuou em casos de destaque como os julgamentos do Banestado e da Lava Jato, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, disse, ontem, que as falhas do sistema processual penal permitiam a réus influentes contratar advogados que, “com alguma influência perante as cortes de Justiça”, conseguiam retardar ao máximo a condenação definitiva de seus clientes.

“Havia um mecanismo de recursos processuais tão generoso que, quem lograsse manipular esse sistema nunca era punido. Um sistema processual absurdamente desigual”, disse o ministro. “Geralmente, quem tinha condições de manipular o sistema eram pessoas com amplos recursos financeiros para contratar excelentes advogados com alguma influência perante as cortes de Justiça”, acrescentou o ministro, sugerindo que, graças a isso, os réus conseguiam adiar o início do cumprimento da pena, “obtendo imunidade em um processo que nunca acabava”.

Durante uma palestra em Curitiba, Moro disse que, até 2016, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) admitiu a execução da pena após a condenação em segunda instância, o sistema processual brasileiro estava “baseado em uma dualidade” que beneficiava quem tinha dinheiro

Segundo Moro, a defesa da execução da sentença penal em segunda instância é um dos pontos fundamentais do projeto anticrime que o governo federal enviou ao Congresso Nacional e que espera ver aprovado em ao menos uma das Casas (Câmara dos Deputados ou Senado) ainda neste semestre.